

EFEITOS DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO SOBRE O TRABALHO ACADÊMICO NA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*¹

Efectos de las políticas de evaluación sobre el trabajo académico en la post-graduación stricto sensu

Effects of evaluation policies on the academic work in the stricto sensu post-graduation

Robson Sueth, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Brasil.

Maria de Fátima Costa de Paula, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.
mfatimadepaula2015@gmail.com

Sueth, R. y Costa de Paula, M. de F. (2018). Efeitos das políticas de avaliação sobre o trabalho acadêmico na pós-graduação *stricto sensu*. *RAES*, 10(17), pp. 12-26.

Resumo

Professores–pesquisadores dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras são permanentemente pressionados a cumprirem critérios de produção bibliográfica por meio das avaliações periódicas da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que monitoram o cumprimento das decisões políticas do Governo, estabelecendo as condições para a realização de pesquisas e exercendo também a função de controle sobre o trabalho universitário. Este artigo tem como objetivo discutir os efeitos das políticas de avaliação, considerando as implicações de sua influência sobre o trabalho acadêmico na pós-graduação *stricto sensu*, abordando as realidades pública e privada. A pesquisa está fundamentada teoricamente nos pensamentos de Michel Foucault e Gilles Deleuze, mais especificamente nos conceitos de poder disciplinar, sociedade disciplinar e sociedade de controle. Trata-se de um estudo multimétodos, configurado pela análise do “contexto da prática” do referencial analítico do ciclo de políticas formulado por Ball e Bowe (1992) e Ball (1994); pela análise de conteúdo de acordo com as proposições de Bardin (2011) e pelo emprego dos *softwares Iramuteq* e *Wordclouds*, contribuindo com as análises das similitudes e com a formação das nuvens de palavras de maior ocorrência encontradas na pesquisa de campo. Analisamos os efeitos das políticas de avaliação da CAPES sobre o ensino e a pesquisa, enfocando os aspectos relacionados à produção bibliográfica dos professores-pesquisadores nos programas de pós-graduação em Educação de uma universidade federal e de uma universidade privada, no contexto brasileiro. Encontramos mais semelhanças do que diferenças sobre o controle do trabalho intelectual efetivado pelas agências de avaliação e fomento nos contextos público e privado, tendo como consequências a intensificação do trabalho com base na ideologia do produtivismo acadêmico, a naturalização das exigências por produção e a perda da autonomia dos professores-pesquisadores, entre outras.

Palavras-chave: Políticas de avaliação/ Controle do trabalho acadêmico/ Pós-graduação *stricto sensu*/ Brasil/ Universidade Federal/ Universidade Privada.

¹ Este artigo é fruto de pesquisa de Doutorado apoiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Brasil (CAPES).

Resumen

Profesores-investigadores de los programas de postgrado de las universidades brasileñas son constantemente presionados para cumplir con criterios de producción bibliográfica por medio de evaluaciones periódicas de la CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que supervisa el cumplimiento de las decisiones políticas del gobierno, estableciendo las condiciones para llevar a cabo las investigaciones y también con la función de control sobre el trabajo intelectual. Este artículo pretende analizar los efectos de las políticas de evaluación, considerando las implicaciones de su influencia en el trabajo académico en la post-graduación *stricto sensu*, abordando las realidades pública y privada. La investigación se basa en el pensamiento de Michel Foucault y Gilles Deleuze, más concretamente en los conceptos de poder disciplinario, sociedad disciplinaria y sociedad de control. Es un estudio multimétodos, configurado para examinar el "contexto de la práctica" del marco analítico del ciclo de políticas formulado por Ball y Bowe (1992) y Ball (1994); por el análisis de contenido según las proposiciones de Bardin (2011) y por el empleo de softwares *Iramuteq* y *Wordclouds*, contribuyendo al análisis de las semejanzas y con la formación de las nubes de palabras de mayor ocurrencia en la investigación de campo. Se analizan los efectos de las políticas de evaluación de CAPES en la enseñanza y la investigación, centrándose en aspectos relacionados con la producción bibliográfica de profesores-investigadores en los programas de postgrado en Educación de una universidad federal y una Universidad privada, en el contexto brasileño. Encontramos más similitudes que diferencias por el control del trabajo intelectual realizado por las agencias de evaluación y financiación en los contextos público y privado, teniendo como consecuencias la intensificación del trabajo basado en la ideología del productivismo académico, la naturalización de los requisitos para la producción y la pérdida de la autonomía de profesores-investigadores, entre otras.

Palabras clave: Políticas de evaluación/ Control del trabajo académico/ Post-graduación *stricto sensu*/ Brasil/ Universidad Federal/ Universidad privada.

Abstract

Professors-researchers in graduate programs at Brazilian universities are constantly pressured to meet criteria for bibliographical production through periodic evaluations of CAPES (Coordination for Improvement of Higher Education Personnel), which monitor compliance with government policy decisions, establishing the conditions for conducting research and also exercising the control function over university work. This article aims to discuss the effects of evaluation policies, considering the implications of their influence on academic work in the *stricto sensu* postgraduate course, addressing the public and private realities. The research is based theoretically in the thoughts of Michel Foucault and Gilles Deleuze, more specifically in the concepts of disciplinary power, disciplinary society and control society. It is a multi-method study, shaped by the analysis of the "practice's context" of the analytical referential of the policy cycle formulated by Ball and Bowe (1992) and Ball (1994); by the analysis of content according to the propositions of Bardin (2011) and by the use of software Iramuteq and Wordclouds, contributing with the analyzes of the similarities and with the formation of the clouds of words of greater occurrence found in the field research. We analyze the effects of CAPES evaluation policies on teaching and research, focusing on the aspects related to the bibliographic production of the professors-researchers in the graduate programs in education of a federal university and a private university in the Brazilian context. We find more similarities than differences in the control of the intellectual work carried out by the agencies of evaluation and promotion in the public and private contexts, with the consequence of intensifying work based on the ideology of academic productivism, the naturalization of demands for production and the loss of autonomy of professors-researchers, among others.

Keywords: Evaluation policies; Control of academic work; Post-graduation *stricto sensu*; Brazil; Federal University; Private University.

Introdução

Revista Argentina de Educación Superior

1852-8171 / Año 10/ Número 17 / agosto 2018-noviembre 2018 / ARTÍCULOS

Professores-pesquisadores dos programas de pós-graduação da área de Educação cumprem critérios de produtividade determinados pelas políticas de avaliação dos órgãos de avaliação e fomento à pesquisa, dentre eles, a CAPES², traduzindo decisões de governo por meio das avaliações periódicas quadrienais. Esses órgãos monitoram o cumprimento dessas decisões políticas, estabelecem as condições e incentivos para a realização de pesquisas e também exercem função de controle das atividades acadêmicas. Esse formato de avaliação e fomento vem transformando as atividades profissionais do professor-pesquisador e alterando o perfil das universidades, a partir dos anos 1990, por meio de determinações que se configuram como políticas de controle do trabalho intelectual.

Os docentes cumprem exigências que interferem significativamente na avaliação periódica dos programas de pós-graduação aos quais estão vinculados e têm de publicar determinada média anual de “produtos” científicos em periódicos classificados pela CAPES; ministrar aulas na graduação e na pós-graduação, além de orientar bolsistas de iniciação científica, mestrandos e doutorandos; desenvolver pesquisas, de preferência com financiamento de agências de fomento com reconhecimento acadêmico; realizar palestras e conferências; participar de eventos nacionais e internacionais, qualificados pela CAPES; prestar assessorias e consultorias científicas; e, considerado bastante relevante, obter algum tipo de bolsa, em especial a de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Esses profissionais são pressionados a ter produtividade avaliada, sobretudo, com base na sua produção bibliográfica veiculada em forma de periódicos, capítulos de livro e livros. Esse critério de cobrança sobre as suas produções atribui menor importância às atividades de ensino e extensão, na medida em que esses papéis centrais da universidade são colocados em plano secundário pelos órgãos de avaliação e fomento à pesquisa. Criam-se, assim, hierarquias e dicotomias no interior da Universidade, entre pós-graduação *stricto sensu* e graduação; pesquisa, ensino e extensão; pesquisadores e professores, entre outras, sendo os primeiros mais valorizados, pois originam produtos mensuráveis pela CAPES e pelo CNPq (PAULA, 2010, 2012).

Esses profissionais têm de publicar em veículos classificados como *qualis*³ pela CAPES. O sistema *Qualis* divulga uma relação apresentando a classificação dos veículos usados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual. O sistema “*Qualis* afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos e anais de eventos” (CAPES, 2018).

São diversas as dificuldades que o professor-pesquisador enfrenta para publicar nos veículos mais bem avaliados, tais como os periódicos classificados entre A1 e B2. Dentre elas, a relação entre oferta e demanda, com base no número de meios de publicação existentes, sua periodicidade e especificidades das linhas de publicação, contrapondo-se à quantidade de produtos finalizados, diariamente, por pesquisadores ávidos por receberem aceitação das submissões que realizam nos meios de divulgação científica e, também, com a intenção de contribuir com a avaliação positiva de seu programa de pós-graduação. Sujeitam-se, assim, às interpretações teóricas e subjetivas de comitês de avaliação desses periódicos e de redes políticas universitárias para conquistar adesão e publicação de seus artigos.

O que incomoda nessas exigências não se trata da produção em si, mas, sim, da classificação exigida do veículo de publicação. Se os pesquisadores não conseguirem publicação em periódicos A1, A2, B1 e B2, quantos produtos mais terão de elaborar para obterem os índices exigidos pela CAPES?

O professor-pesquisador não tem apenas o compromisso de produzir para a sua permanência na condição de credenciado, mas, também, para a manutenção ou melhoria da classificação do programa do qual é integrante, com vistas aos desdobramentos que essa classificação pode ocasionar considerando-se os benefícios com relação à concessão de bolsas de estudo discentes, de financiamento de viagens para

² A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior foi criada em 1951, a partir da iniciativa de Anísio Teixeira, resultando da ação de uma burocracia de corte intelectual, atuante no segundo governo Vargas. Orienta decisões de governo na gestão da formação pós-graduada e no estímulo à pesquisa.

³ O sistema *Qualis* é definido como “o conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação” (CAPES, 2018).

congressos, encontros e seminários nacionais e internacionais, organização de eventos, entre outras atividades, todas dependentes do financiamento das agências de fomento e avaliação. Assim, a produtividade de cada docente depende do conceito do programa de pós-graduação ao qual está vinculado e o seu prestígio acadêmico na área.

As imposições da CAPES, forçando a finalização dos produtos antes de sua maturação necessária, podem, entre outras coisas, comprometer os resultados da pesquisa, que requer um tempo para a sua adequada consistência, o emprego de métodos rigorosos imprescindíveis às análises realizadas sobre os dados apurados, a testagem das hipóteses formuladas e a eliminação de vieses, podendo dificultar o alcance da qualidade requerida.

Isso tende a deslocar a natural atribuição do pesquisador, ao realizar seus estudos e divulgá-los à comunidade científica, para um contexto de produtivismo⁴, ao invés de se concentrar na criação e aprofundamento de ideias pertinentes às dimensões acadêmico-científicas. Isto faz com que os acadêmicos sintam-se constrangidos a produzir como operários de uma fábrica de conhecimento idealizada pelas instâncias político-burocráticas de fomento e avaliação, desempenhando o seu trabalho na condição de regulados com papéis determinados num ambiente de submissão, desmotivação, perda da autonomia e, ainda, com forte possibilidade de adoecimento.

Nesse contexto, este artigo tem por objetivo analisar o controle do trabalho acadêmico pelas políticas de avaliação da CAPES, especificamente com relação aos critérios de produção bibliográfica, por meio da orientação do “contexto da prática” integrante da formulação dos cinco contextos do referencial analítico Ciclo de Políticas, elaborado por Ball e Bowe (1992), com fundamentação teórica no pensamento foucaultiano.

O ciclo de políticas, inicialmente composto por três contextos e mais tarde acrescentados os dois últimos contextos, por Ball (1994), caracteriza-se como um referencial analítico norteado por cinco contextos denominados de (1) contexto de influência, (2) contexto da produção de texto, (3) contexto da prática, (4) contexto dos resultados/efeitos, e (5) contexto de estratégia política.

Para a identificação dos **efeitos das políticas de avaliação sobre o trabalho acadêmico na pós-graduação *stricto sensu***, tomamos como base os resultados apurados da análise do “contexto da prática” do referencial analítico Ciclo de Políticas de Ball e Bowe (1992). O termo “efeitos”, utilizado no título deste estudo, ganha uma conotação coloquial e abrangente, tendo o sentido de “consequências”. Portanto, não deve ser confundido como um estudo que analisa as especificidades que caracterizam o “contexto dos efeitos/resultados” que também compõe esse mesmo referencial analítico.

Evidenciamos os desdobramentos da política de avaliação sobre o trabalho acadêmico em duas diferentes esferas de administração (pública federal e privada). Com isso, pretendemos preencher o que parece uma lacuna não contemplada pelas pesquisas até então realizadas: ou seja, como a lógica produtivista da CAPES vem influenciando o trabalho acadêmico nos programas de pós-graduação em Educação investigados no Estado do Rio de Janeiro, nas esferas pública e privada?

Trata-se de um estudo descritivo exploratório que analisa o contexto da prática de professores da pós-graduação em Educação, que além das contribuições do referencial analítico Ciclo de Políticas de Ball e Bowe (1992), contou com o método Análise de Conteúdo formulado por Bardin (2011) e com o pensamento de Foucault.

O ciclo de políticas formulado por Ball e Bowe (1992) caracteriza-se, segundo os autores, como um referencial analítico a orientar a compreensão sobre o percurso de políticas ou programas na área de Educação. Mainardes (2006) defende que a abordagem do ciclo de políticas apresenta-se como um referencial que contribui com a análise de programas e políticas educacionais, tendo-se, por meio dessa abordagem, a possibilidade de realizar

⁴ Produtivismo é aqui entendido como um processo de intensa pressão por produção num contexto de trabalho que valoriza a quantidade produzida por unidade de produção. Ou seja, um número mínimo de produtos intelectuais *qualis* publicados por cada professor credenciado é exigido pela CAPES e se esse critério não for cumprido isso acarreta a diminuição do conceito do programa de pós-graduação e descredenciamento docente, desconsiderando a qualidade da produção. Ou seja, o sistema *qualis*, paradoxalmente, valoriza mais a quantidade do que a qualidade.

uma análise crítica de sua trajetória, a partir de sua formulação inicial e de seus desdobramentos no contexto da prática.

Para Bowe *et. al.* (1992), é no contexto da prática que são percebidas as interpretações, as formas como são conduzidas e as recriações a que são submetidas as políticas, podendo-se também registrar situações que conotem modificações importantes na política original. Segundo esses autores, mais importante do que o cumprimento de suas diretrizes é a forma como as políticas foram compreendidas e, de acordo com a situação, como se deram na dinâmica de sua implementação (MAINARDES, 2006, p.53).

Vale ressaltar que segundo Bowe *et. al.* (1992, p.22), trazendo suas ideias para o caso específico deste estudo, os professores credenciados, no contexto da prática, não podem ser considerados “leitores ingênuos” diante das determinações das políticas, devendo ser levados em conta suas “histórias, experiências, valores e propósitos”. Para esses autores, não é possível ter o controle sobre os significados dos textos da política, levando-se em consideração que certos conteúdos do texto da política podem ser rejeitados, descartados e mal entendidos pelos sujeitos envolvidos.

Para evidenciar a maneira como os docentes credenciados da pós-graduação vêm se comportando diante das políticas de avaliação, principalmente aquelas relacionadas à produção bibliográfica, nos baseamos nas respostas das perguntas que compuseram as entrevistas realizadas com dez professores atuando em programas de pós-graduação em Educação: cinco atuando na esfera pública federal e cinco na esfera privada. Indagamos sobre (a) o acolhimento das políticas de avaliação da CAPES e, principalmente, dos critérios de produção bibliográfica pelos entrevistados, por seus colegas de programa ou por colegas de outros programas com os quais se relacionam; e (b) a maneira como têm sido implementadas as políticas de avaliação da CAPES, com especificidade para os critérios de produção bibliográfica.

O tempo de atuação dos respondentes, entre três anos e dezenove anos na pós-graduação *stricto sensu*, nos permitiu afirmar que mesmo os professores com menos tempo de atuação na pós-graduação já experienciaram os critérios de avaliação da sua produção bibliográfica. Os mais experientes puderam contribuir com outras vivências, enriquecendo, assim, os dados coletados.

Fundamentando com o pensamento foucaultiano

A despeito de se buscar fundamentações para as categorias utilizadas nos textos que viabilizaram a caracterização do escopo da investigação proposta, não foi possível o afastamento do pensamento de Foucault. Ao se pensar nas condições de vida e trabalho do professor-pesquisador da pós-graduação, Foucault se faz presente, de maneira a permitir que o pensamento que orienta a elaboração deste artigo se sistematize em torno das contribuições desse intelectual. Assim, longe de parecermos pretensiosos, convidamos a pensar com Foucault, viabilizando estudar um tema já fundamentado por outros teóricos mas, agora, também discutido sob a perspectiva foucaultiana.

Foucault (1981), por meio da categoria “sociedade disciplinar”, concebe práticas de poder-saber que constituem um sistema de dominação e aperfeiçoamento gradual e contínuo dos indivíduos e do corpo social (poder disciplinar), utilizando-se de instrumentos como: o confinamento em espaços individualizados, para formar e transformar o indivíduo e disciplinar suas capacidades (adestramento de gestos e atitudes, regulação de comportamentos e hábitos); a vigilância hierárquica e o exame contínuos e permanentes, para adestrar e classificar o homem: controle do espaço, do tempo e da sexualidade, para simultaneamente aumentar a utilidade e a força econômica do corpo e diminuir a sua capacidade de resistência política (FOUCAULT, 1988).

Para Foucault, saber e poder são interdependentes. Afirma não possuir relação de poder ausente de um campo de saber, da mesma forma que todo saber se desdobra em novas relações de poder. Isso quer dizer que o conhecimento somente se consagra perante as condições políticas que se constituem como condições favoráveis para a formação do sujeito e para os domínios do saber. O saber não se estabelece no terreno da neutralidade porque todo saber é político. Logo, o saber deve ater-se às relações de poder que lhe constituem e não a um sujeito de conhecimento que seria a sua origem, tendo em vista que todo saber tem sua origem em relações de poder, apesar do Estado se

apropriar dele servindo de instrumento de dominação e descaracterizando seu núcleo fundamental (MACHADO, 1981)⁵.

Sobre disciplina ou poder disciplinar, Machado destaca ser importante considerar que não se trata apenas de um aparelho ou uma instituição, pois funciona como uma rede que atua sem fronteiras. Não somente de extensão, mas de natureza. A disciplina pode ser compreendida como um mecanismo de poder que circula pelo corpo social, não estando concentrada apenas no Aparelho Estatal nem nas classes dominantes. Citando Foucault (1988), em *Vigiar e Punir*, trata-se de métodos que possibilitam o controle pormenorizado das ações do corpo, tornando-o obediente por sujeição, numa relação de “docilidade-utilidade”. Assim, o corpo, subjugado ao sistema político de dominação, por meio do poder disciplinar, vai se tornar força de trabalho.

Situando as características básicas do poder disciplinar, Machado (1981) descreve as três que vão melhor elucidar essa categoria foucaultiana, devendo ser compreendidas como se manifestando de forma inter-relacionada. Sobre a primeira, esclarece que a disciplina tem a ver com a organização do espaço. Ou seja, como técnica distribui os corpos num espaço individualizado, classificatório, combinatório. Isso quer dizer um tipo de isolamento num local fechado, “esquadrinhado”, hierarquizado, realizando funções diferentes de acordo com exigências específicas.

A segunda e fundamental característica refere-se à disciplina como controle do tempo, impondo obediência do corpo ao tempo, a fim de que a produtividade seja alcançada com a maior e possível rapidez e eficácia. Nesse caso, o desenvolvimento da ação torna-se mais interessante que o seu resultado. É por meio do tempo usado para a realização da ação, da correlação do corpo com certos movimentos praticados e de sua relação com o objeto a ser manipulado, que se dá o controle pormenorizado das ações do corpo.

Finalizando, a vigilância, terceira característica, é apontada como um dos principais instrumentos do poder disciplinar. Longe de ser admitida como descontínua e esparsa, a vigilância é algo permanente e duradouro, presente em todos os lugares, sem limites, vigiando o tempo todo.

O poder disciplinar, característico das sociedades modernas, que se exerce o mais anonimamente e sutilmente possível, tendo, então, como alvo o corpo, entendido como totalidade biopsicossocial, fabrica subjetividades adaptadas às normas sociais. Alia-se ao poder disciplinar, nas sociedades modernas, o biopoder, um conjunto de estratégias e táticas destinadas ao controle das populações humanas, sendo um poder que se exerce sobre a espécie humana com o objetivo de gerir a vida do corpo social, tornando-o produtivo e assegurando a sua existência pacífica, segundo os padrões da norma (FOUCAULT, 1981).

Paula e Sueth (2015) afirmam que com o conceito de biopoder, o Estado e suas técnicas de governo adquirem grande importância na genealogia foucaultiana. Esse processo se materializa a partir da metade do século XVIII, como demonstram as campanhas contra a mortalidade, relativas ao casamento, as campanhas de vacinação, etc. “Gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe” [...] não se trata da “substituição de uma sociedade de soberania⁶ por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais” (FOUCAULT, 1981, p. 291).

A percepção da “verdade” está ligada a sistemas de poder que a produzem e reproduzem; no caso da Universidade, como espaço privilegiado para a produção e transmissão da “verdade”, as políticas de avaliação possuem papel central na circulação de um discurso que determina como deve ser o desempenho dos docentes e discentes segundo os critérios de produtividade estipulados sobretudo pelas agências de fomento à pesquisa, no âmbito da pós-graduação.

De acordo com Foucault, nos processos de subjetivação, consideram-se as diversas maneiras pelas quais os

⁵ Roberto Machado escreveu a introdução da obra de Foucault “Microfísica do Poder” (1981), intitulada “Por uma genealogia do poder”, assim como foi responsável pela sua organização, introdução e revisão técnica (p. IX – XXV).

⁶ Para Foucault, a sociedade de soberania tem como referência, no Ocidente, o poder do Rei, do soberano, pois desde a Idade Média a elaboração do pensamento jurídico se fez essencialmente em torno do poder real. Essa forma de poder violenta utilizava-se de punições exemplares, tais como o suplício e o esquartejamento em praça pública. A teoria da soberania está vinculada a uma forma de poder que se exerce muito mais sobre a terra e seus produtos do que sobre os corpos e seus atos. [...] “soberania e disciplina, direito da soberania e mecanismos disciplinares são duas partes intrinsecamente constitutivas dos mecanismos gerais do poder em nossa sociedade” (FOUCAULT, 1981, p. 190).

indivíduos ou as coletividades se constituem, no limite de um movimento contínuo entre um dentro e um fora, que necessita simultaneamente tanto da espontaneidade rebelde criativa possibilitadora do devir, capaz de escapar aos saberes e aos poderes constituídos, de estabelecer novas conexões e significados, novas maneiras de pensar e agir, como da submissão a um correspondente mecanismo de vigilância, controle e modulação, por meio de instituições disciplinares como as fábricas, os sindicatos e as próprias universidades (DELEUZE, 1992). Nesse sentido, o poder e a resistência estão interconectados; onde há poder, há resistência, podendo as práticas de resistência ser compreendidas como o outro lado do poder ou o seu reverso.

Segundo Paula e Sueth (2015, p. 123), apesar de Foucault ser considerado, frequentemente, como o pensador da “sociedade disciplinar”, caracterizada pela técnica do confinamento (seja no hospital, na prisão, na escola ou na fábrica), foi ele quem identificou a transição da “sociedade disciplinar” (moderna) para a “sociedade de controle” (contemporânea). Também é reconhecido como um dos primeiros a pronunciar-se sobre a crise das disciplinas e das instituições disciplinares, na contemporaneidade, em especial a partir da Segunda Guerra Mundial.

Para DELEUZE (1992, p. 220):

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família [...] Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que estas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir a sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as **sociedades de controle** que estão substituindo as sociedades disciplinares (grifos do autor).

Não há como se afirmar que a disciplina foi eliminada. Entretanto, o que se observa nos dias de hoje é que há uma forma de poder predominante muito mais sutil, convivendo com o poder disciplinar e o biopoder e até mesmo com resquícios do poder soberano: o que Deleuze (1992) descreveu como sociedades de controle.

Atualmente o controle se dá ao ar livre, agora já sem os muros e o confinamento da sociedade disciplinar. Está por toda parte da sociedade, por meio de câmeras e demais tecnologias de ponta, incidindo por todos nós; ninguém escapa ao controle, por mais imperceptíveis que sejam as formas sob as quais ele se manifesta, inclusive nas universidades. Nesse sentido, tornamo-nos presas fáceis, sendo o trabalho intelectual conformado mais e mais pelas políticas de avaliação, que se exercem comprometendo a autonomia acadêmica.

Para Paula e Sueth (2015, p. 124), o controle é contínuo, ilimitado, de curto prazo e de rotação rápida, enquanto a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. Nas sociedades de disciplina não se parava de recomençar (da família à escola, da escola à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nada é finito (a empresa, a formação em serviço, a formação permanente). “Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se ‘*dividuais*’, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou ‘*bancos*’” (DELEUZE, 1992, p. 222, grifos do autor).

Na percepção da microfísica do poder, não temos que levar em consideração apenas o que se totaliza pelo poder centralizador e hierárquico do Estado, não temos de reorganizar o mesmo poder apenas com uma mudança de titular, mas sim devemos instaurar um sistema de redes locais e laterais de cooperação e pesquisa, ligações transversais entre pontos ativos no interior de um mesmo país ou de diferentes países, a partir das quais se podem fazer revides, contra-ataques, defesas ativas e às vezes preventivas.

A prática acadêmica sob a égide das políticas de controle da produtividade

De uma maneira geral os professores concordam que deva haver uma forma de avaliar a produção bibliográfica. Professores de pós-graduação são essencialmente pesquisadores e, nesse sentido, precisam publicar os resultados de suas pesquisas.

Revista Argentina de Educación Superior

1852-8171 / Año 10/ Número 17 / agosto 2018-noviembre 2018 / ARTÍCULOS

Pelas respostas dos entrevistados foi possível desenhar uma realidade de obstáculos para o cumprimento das exigências formais por publicação e um ambiente desfavorável à publicação nos periódicos melhores classificados pela CAPES.

Os periódicos mais bem avaliados são muito reduzidos, diante da demanda que existe de publicação. Esses *Qualis* A e B têm uma oferta de revistas muito restrita. Isso significa que necessariamente um certo número de pesquisadores não vai poder publicar. [...] Outro problema é se todos os artigos que são publicados no *Qualis* A1 até B2 são realmente de qualidade. Às vezes, algumas revistas representam o feudo de um grupinho que está lá há muito tempo e eles decidem quem vai entrar [publicar] ou não (Professor 1F, da esfera pública federal).

Além das revistas mais bem qualificadas serem proporcionalmente em quantidade menor que a demanda por publicação, há corporativismo em relação a grupos e a autores pela proximidade com os comitês editoriais e editores de certas revistas. Isso pode ser evidenciado por meio de autores que estão sempre publicando em determinados periódicos. É possível perceber artigos frágeis publicados em revistas bem classificadas e artigos de boa qualidade publicados em revistas consideradas menos qualificadas. Uma denúncia que mereceria uma investigação técnica e científica da academia.

Há diferenciação entre as revistas por conta das especificidades das linhas editoriais e das publicações que elas contemplam, e a relação entre a oferta e a demanda acaba determinando um estrangulamento para a publicação.

A subjetividade se destaca com relação à avaliação dos artigos, consideradas as diferentes perspectivas dos pareceristas, o que pode acarretar num problema de difícil solução. A pressão por produtividade vai viciando os autores a empregar certas artimanhas em seus artigos visando publicar em periódicos bem classificados. Ao invés de se escoar os resultados das pesquisas para um periódico apropriado à sua temática, acaba-se por ajustar o texto do artigo à linha editorial dos periódicos considerados mais qualificados para cumprir as exigências do produtivismo acadêmico.

A transitoriedade da classificação dos periódicos pelo Sistema *Qualis* é um problema enfrentado pelos pesquisadores, por um lado com relação à sua subalternização quanto aos critérios de classificação dos mesmos e por outro lado pela pressão na cobrança por publicação, ignorando-se o tempo necessário para o amadurecimento dos resultados das pesquisas por meio das análises e discussões pertinentes.

Essa lógica é absolutamente arbitrária, porque o critério que define hoje a Revista A1, amanhã pode mudar e essa revista ter a sua qualificação rebaixada. Então você fica à mercê de um critério que se modificou vai modificar a classificação da CAPES [...] O texto de um artigo precisa ser elaborado numa linguagem pra ser publicado e outra pra ser consumido (Professor 3F, da esfera pública federal).

Isso acarreta uma forma de engessamento provocado pelo modelo de elaboração dos artigos como se fossem objetos de consumo que devem contemplar um padrão de discurso que, se não cumprido, resulta na não publicação do texto, não havendo a pontuação segundo os critérios de produtividade.

Podem ser levantadas dúvidas quanto aos critérios qualitativos de avaliação da produção bibliográfica por basearem-se fundamentalmente em medidas quantitativas e produtivistas. O quantitativismo estimula a publicação em série de artigos que acabam por fornecer poucos avanços sobre o estudo de determinados temas ao invés de serem publicados quando os resultados das pesquisas estiverem mais amadurecidos, com conteúdos mais consistentes e inovadores, possibilitando uma reflexão intelectual por parte da comunidade científica.

Registra-se a incoerência da priorização em publicar nas revistas mais bem avaliadas, desprezando-se as demais com baixa classificação. Até que ponto uma revista criada há dois ou três anos é inferior a uma revista que está há 20 anos em circulação? Como é que essas revistas B5, B4, B3 vão chegar a B2, B1 se ninguém publicar nelas? Os critérios que diferenciam esses periódicos quanto à sua qualificação atendem as demandas dos autores e os representam?

Além disso, é fundamental se considerar a angústia e o sofrimento provocados pelo tempo de espera quanto à resposta das submissões por parte dos comitês editoriais e editores dos periódicos, levando em média dois anos e podendo chegar até três anos de espera, em certos casos.

Também é preciso afinar a avaliação quanto às publicações internacionais para evitar a sua supervalorização em relação às publicações nacionais. No caso da internacionalização, se o pesquisador não estiver ligado a redes na França, Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, por exemplo, não tem muito valor. Nesse sentido, o produtivismo acadêmico induz a realização de pesquisas que façam parte de redes internacionais.

Outro problema é o desequilíbrio entre a valorização dos livros e dos periódicos. Por predomínio das ciências duras⁷ os periódicos são mais valorizados que os livros. Escrever um livro é muito mais trabalhoso e necessita de um tempo maior de maturação intelectual, portanto deveria ter mais peso do que escrever um artigo.

A falta de enfrentamento às exigências por produção bibliográfica pelos docentes foi mais uma questão apurada nas entrevistas. Se os critérios ainda são válidos é porque a comunidade acadêmica assim vem permitindo.

[...] as pessoas compactuam com essas políticas, porque se desesperam e cumprem. [...] Fazem uma crítica dura, sim, só que não tem um enfrentamento. Na medida em que a gente vai se submetendo, não enfrenta. Não manifesta resistência. [...] Os programas têm muita interferência, mas não o suficiente pra determinados enfrentamentos. A gente não tem na área de Humanas e na área de Educação força suficiente pra enfrentar as ciências duras (Professor 4F da esfera pública federal).

As reações observadas nesse cenário são formas de negociação para sobreviver nesse sistema, discutindo métricas e se afastando do principal que seria romper com o produtivismo acadêmico. É preciso que haja mais resistência no sentido do questionamento das políticas de avaliação, tornando o trabalho do pesquisador menos burocrático e mais criativo.

Percebe-se a acomodação por parte dos docentes quanto ao cumprimento dos critérios de publicação, que ao invés de vislumbrarem possibilidades de “ultrapassar o muro”, de acordo com Foucault⁸, demonstram uma postura de assujeitamento, somente conseguindo enxergar formas de tornar menos agressivas as cobranças relacionadas ao produtivismo acadêmico, como, por exemplo, sugerindo maior flexibilidade dos coordenadores dos programas de pós-graduação quanto às exigências por publicação.

Na esfera privada, quanto à avaliação dos critérios de produção bibliográfica, os professores se posicionaram sobre a competição pelas revistas bem classificadas, buscando-se pontuação, reduzindo, assim, a progressão das outras revistas.

Eles acabam por estimular uma corrida apressada, pelos pesquisadores, para publicar nas mesmas revistas. Isso não dá chance das outras revistas crescerem. Fica muito difícil publicar nessas mais bem avaliadas. [...] Também acaba por desvalorizar a participação em eventos científicos, porque vale mais publicar um artigo do que ir a um congresso. Perdem-se as trocas que se realizam com seus pares (Professor 1P da esfera privada).

Isso pode causar estresse no pesquisador, além de não se considerar a socialização acadêmica da produção por meio de outras relações científicas, como a participação e publicação em eventos científicos.

Há pressão para publicar nas revistas mais bem avaliadas e não desperdiçar artigos porque é melhor pontuar do que alcançar um grande público de leitores. Nesse sentido, segundo a lógica da política de avaliação da CAPES, interessa mais atingir um público de especialistas do que a divulgação científica dos resultados da pesquisa para um público leigo.

O fato dos pesquisadores optarem por publicar nos periódicos mais bem classificados pode afastar os resultados das pesquisas do seu público alvo, como professores, escolas e gestores. Por conta desse desvio, por exemplo, a

⁷ As “ciências duras” foram consideradas aquelas diferentes das Ciências Humanas, por priorizarem, na dimensão da pesquisa científica, os métodos experimentais que fundamentam seus resultados. As ciências duras, por hegemonia na representação da CAPES, exercem forte influência sobre as demais áreas na definição dos critérios de avaliação da produção bibliográfica.

⁸ Para Foucault, “a prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro” (FOUCAULT, 1981, pp.69-70).

pesquisa realizada no contexto escolar deixa de atingir o público que poderia se beneficiar dos seus resultados como ferramentas operacionais ou como argumentos de reflexão para melhorar e/ou modificar práticas profissionais de professores, gestores e implementadores de políticas.

A prioridade da publicação a qualquer preço em relação às outras atividades na pós-graduação pode prejudicar a qualidade da pesquisa e de seus resultados, o que demanda tempo para a discussão dos resultados e para a consistência necessária das ideias obtidas.

É uma exigência pesada. Não tem como cumprir. Quando a gente olha todas as atribuições do professor-pesquisador credenciado, é uma lógica produtivista quantitativa, e aí como você faz com a qualidade? A pesquisa de qualidade demanda muito estudo, maturação dos dados, diálogos, vivências (Professor 4P da esfera privada).

A maior valorização da quantidade de produtos anuais decorrentes da atividade de pesquisa, com a priorização da publicação de seus resultados em periódicos mais bem avaliados, em detrimento das demais atividades desempenhadas pelos docentes credenciados, tais como ensino e extensão, tem deslocado os seus esforços para essas finalidades.

As políticas de avaliação são perversas na medida em que elas jogam uns contra os outros, aumentando a competição no meio acadêmico.

Alguns docentes tomaram a decisão de não mais participarem de congressos ou de fazerem revezamento anual entre produzir artigos num ano e participar de congressos no outro ano, frente à crescente escassez de recursos. Isso parece mais lucrativo do ponto de vista da avaliação porque a participação e a publicação em anais de eventos não pontuam mais para os docentes.

Quanto à aquisição de verbas para a participação em congressos, a burocracia e a dificuldade de financiamento aumentaram muito a partir de 2016, desde as mudanças políticas, a mudança do Ministro da Educação e as mudanças na CAPES. Despende-se muito tempo com a burocracia para solicitar verba e depois para comprovar o que foi realizado com a verba.

Gasta-se muito tempo dando-se conta das burocracias consequentes da atividade profissional do professor credenciado na pós-graduação. O professor credenciado tem de ler e corrigir trabalhos de mestrados e doutorandos, monografia de alunos da graduação, relatórios de alunos da iniciação científica, ministrar aulas na graduação e na pós-graduação, preparar aulas, e, ainda, cumprir muita burocracia pertinente aos relatórios de pesquisa e à prestação de contas junto às agências de fomento e avaliação; atualizar o currículo Lattes, preencher o relatório anual de atividades docentes (RAD), repetir os dados na Plataforma Sucupira, cujo sistema apresenta problemas frequentemente, repetir as atividades no sistema de projetos de extensão e, se tiver realizando algum pós-doutorado, redigir o relatório para a agência de fomento pertinente. Imagine-se o tempo que sobra para realizar pesquisa e escrever artigos para publicação num contexto como esse, com tantos relatórios para preencher.

Na esfera privada os professores percebem que seus colegas do programa e colegas de outros programas têm a mesma reação com relação aos critérios de produção bibliográfica, porém não manifestam resistências contra os mesmos.

Tanto não há resistência que às vezes temos que aproximar da linha editorial da revista pra poder publicar. Você acaba se submetendo. Se desviando um pouco do seu foco pra poder ter uma publicação, pra satisfazer a esses critérios. Você deixa de publicar nas revistas consideradas interessantes para publicar naquelas que pontuam (Professor 5P da esfera privada).

Relataram: (1) o fato de se querer produzir o texto do artigo submetido à linha editorial da revista mais bem classificada para ter mais chance de ser aceito, exigindo mais tempo e preocupação com um só texto. Se isso não fosse praticado, certamente se produziriam e se publicariam mais textos; (2) mesmo insatisfeitos com os critérios de produção bibliográfica, os professores da instituição privada são muito comprometidos com o conceito do programa. Ao contrário dos professores das instituições públicas, os das instituições privadas são mais pressionados quanto a isso, sob o risco de perderem seus empregos caso não preencham as exigências requeridas; (3) o coordenador da

instituição privada pode tomar a decisão de isentar os professores de atuar na graduação visando, assim, a redução de tarefas para estimulá-los a produzir e a publicar, a dedicarem-se ao acompanhamento de seus orientandos, tendo por finalidade favorecer a ampliação do conceito do programa, o que não ocorre nas instituições públicas, onde os docentes, em geral, atuam na graduação e na pós-graduação, com exceção dos aposentados que permanecem vinculados apenas aos programas de pós-graduação.

Priorizar a atuação do professor-pesquisador no nível da pós-graduação *stricto sensu*, em virtude das exigências da CAPES, tem ocasionado um aprofundamento das hierarquias, assimetrias e dicotomias na Universidade entre graduação e pós-graduação *stricto sensu*; ensino, extensão e pesquisa; professores que só atuam na graduação e outros que atuam na graduação e na pós-graduação ou até mesmo, como no caso citado, apenas na pós-graduação *stricto sensu*. O ensino massificado da graduação, que forma e profissionaliza contingentes enormes de estudantes, assim como as atividades de extensão universitária, voltadas para a sociedade em geral, ocupam lugar secundário nesse novo contexto de trabalho formatado pelas políticas de avaliação da CAPES (PAULA, 2010; 2012).

Os professores da esfera pública não concordam com a forma como têm sido implementados os critérios de produção bibliográfica pela CAPES. Parece tratar-se de uma questão histórica que vem alimentando essa rejeição, devido ao fato de não ter havido debate sobre o processo de avaliação da produtividade docente. Os critérios de avaliação da produção bibliográfica foram impostos de cima para baixo. Do órgão avaliador para os avaliados, de maneira não democrática e, desde então, eles têm sido compulsoriamente cumpridos.

A produção técnica relacionada à inserção social, como os trabalhos de extensão, não é considerada produção para fins de avaliação. Só os textos publicados são considerados produções a serem pontuadas. Com isso, acaba-se por desarticular as ações de pesquisa e extensão, ferindo-se o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, característico da Universidade. Dessa forma a política da CAPES só tem priorizado a pesquisa em detrimento do ensino e da extensão.

Mas há uma contradição. A pesquisa está sendo valorizada pelos artigos que são publicados em decorrência dos seus resultados. Entretanto, não está sendo valorizado o projeto de pesquisa. No currículo Lattes, ele é informado como produção técnica. Além disso, um relatório de pesquisa é considerado como produção técnica e não como produção bibliográfica. Qual é, então, o valor principal da pesquisa, senão produzir conhecimento? Pelo fato de não ter sido publicado, o relatório de pesquisa virou produção técnica e não é pontuado pela CAPES. A publicação de artigos é fundamental, mas não é a única coisa que deve importar. Com isso, as outras atividades acadêmicas estão sendo secundarizadas.

Na esfera privada os professores também não concordam como vem sendo implementados os critérios de produção bibliográfica, pelo fato de se constituírem mais como exigências do que como normas de julgamento e afirmam que não se chegou até agora a um consenso a respeito de outra forma de avaliação da produtividade docente. São também de opinião de que a implementação dos critérios de produção bibliográfica é feita de cima para baixo.

Isso retira do pesquisador, segundo Ball (1994), o papel de atuar como um elemento fundamental da pesquisa social crítica, tornando o trabalho intelectual estratégico no sentido do posicionamento diante de embates e situações sociais específicas. Atuando, então, segundo Foucault, como “intelectual específico”, que possui um papel político central a partir da sua especialidade e de seu *locus* específico de atuação.

Na obra *Microfísica do Poder* (1981), Michel Foucault caracteriza os intelectuais específicos como aqueles que desempenham um papel político de transformar o sistema de produção do saber por meio da atuação política ativa. São os intelectuais que abandonam os limites internos de seus gabinetes e partem para a atuação na realidade prática. [...] “em nome de uma verdade científica ‘local’ – por importante que seja – se faz a intervenção do cientista nas lutas políticas que lhe são contemporâneas” (FOUCAULT, 1981, p. 11). Para esse mesmo autor (1981, p. 13):

O intelectual tem uma tripla especificidade: a especificidade de sua posição de classe (pequeno burguês a serviço do capitalismo, intelectual “orgânico” do proletariado); a especificidade de suas condições de vida e de trabalho, ligadas à sua condição de intelectual (seu domínio de pesquisa, seu lugar no laboratório, as exigências políticas a que se submete, ou contra as quais se revolta, na universidade, no hospital, etc.); finalmente, a especificidade da política de verdade nas sociedades contemporâneas.

Uma das razões que dificultam uma postura política e de luta por parte dos intelectuais tem sido a introdução do gerencialismo na atividade intelectual na Universidade, retirando do professor a condição de pesquisar com mais autonomia e liberdade. Nesse contexto desenvolve-se o produtivismo e com essa dinâmica os textos perdem em qualidade pela urgência da publicação. Sendo ou não impositivos, os critérios precisam ser cumpridos sob o risco de prejudicar o conceito do programa.

Mas por que não se percebe uma reação mais contundente dos docentes credenciados? Por que não se evidencia uma postura de enfrentamento que encare essa situação como um mal coletivo que deve ser questionado e transformado, em favor de um ambiente menos individualista e competitivo e mais solidário, criativo e autônomo?

Há casos de docentes credenciados que decidiram descontinuar sua atuação nos programas de pós-graduação, não solicitando seu pedido de recredenciamento. Isso pode ser entendido como uma forma de rejeição desse estado de coisas, podendo ser interpretado também como uma saída individualista que não leva à transformação do contexto hostil do produtivismo acadêmico.

As reações que temos identificado por parte dos professores não passam de reclamações. É um tipo de reação que para Foucault não se constituiria propriamente como prática de resistência. Reagir, apenas, não pode ser confundido com resistir. A reação é uma resposta já prevista nas relações de poder: qualquer forma de exercício de poder conta com a possibilidade de reações. Em Foucault, a ideia norteadora de resistência constitui-se em ação subjetiva inventiva e criativa, mais eficaz que o poder de assujeitamento, submissão ou conformação das subjetividades.

Então, ao resistirmos, nessa ideia de inventividade, criamos outras formas, ainda não conhecidas (porque são novas) de enfrentar o poder. Devemos criar formas de resistência contra as diferentes formas de poder. Isso quer dizer:

[...] usar essa resistência como um catalizador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos empregados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias (FOUCAULT, 2013, p. 276).

Nesse contexto, a resistência foucaultiana é um componente que se extrai das relações de poder. Sendo inventiva e criativa, surge das relações de poder entre os indivíduos, como força criada a partir das subjetividades que, experienciadas, tornam-se coletivas. Entendemos que a resistência deve trazer algo novo que possa romper radicalmente com o poder instituído e hegemônico. Nesse caso, mais que apenas reagir, os professores-pesquisadores da pós-graduação devem resistir, rompendo com a lógica produtivista.

Considerações finais

Pela análise do contexto da prática, os professores-pesquisadores da pós-graduação estão numa realidade na qual internalizaram a lógica produtivista que permeia as políticas de avaliação da CAPES e que tem trazido prejuízos a sua liberdade intelectual, à produção científica e a eles próprios. Esse contexto contradiz as condições ideais de produção do conhecimento porque a atividade de pesquisador requer liberdade de pensamento e ressignificação de sentidos sobre questões importantes e problemas da realidade que demandam análises consistentes e inovadoras.

Os estudos realizados na academia demandam uma margem de tempo suficiente para serem amadurecidos adequadamente, com o uso do necessário aporte teórico-metodológico e o emprego do rigor científico próprio de cada análise empreendida. Portanto, o tempo da pesquisa científica não se coaduna com a emergência requerida pelos critérios de produtividade com relação à quantidade e prazo exigidos pelos órgãos de fomento e avaliação.

Essa pressão por publicação é parte de outras tantas atribuições que o professor-pesquisador tem de cumprir em seu cotidiano profissional. E é o principal parâmetro estabelecido para a avaliação de sua produtividade, interferindo na avaliação do programa ao qual está vinculado, sendo a produtividade confundida com a qualidade da produção acadêmica.

A avaliação vem se tornando destaque no cenário educacional brasileiro e, no caso desta pesquisa, na pós-graduação *stricto sensu*. A avaliação periódica dos programas de pós-graduação realizada pela CAPES é considerada como um divisor de águas que submete esses programas e seus pesquisadores, estabelecendo um *ranking* que tem causado um clima de pressão e competitividade entre instituições e intelectuais. Essa forma de avaliar a produção em larga escala, considerando a quantidade de produtos publicados em veículos classificados pelo Sistema *Qualis*, desencadeia e dissemina um discurso social por meio do qual as práticas profissionais na pós-graduação serão conduzidas.

A avaliação quadrienal dos programas de pós-graduação realizada pela CAPES produz verdades que vão discriminar pesquisadores em classes que publicam em periódicos A, B e aqueles considerados não qualificados, estabelecendo um *ranking* de programas com notas que variam de 3 a 7, que como um instrumento de saber-poder tem legitimado o resultado da avaliação como discurso social. Sendo assim, os pesquisadores, principais protagonistas desse processo de avaliação, estão perdendo a oportunidade de mobilização para esclarecer as especificidades da sua área de conhecimento quanto à publicação, às características de suas pesquisas e às dificuldades de transformar seus resultados em produtos socialmente relevantes.

A decisão dos pesquisadores de se submeterem aos critérios de produção bibliográfica pode ser explicada pelo risco do seu descredenciamento dos programas de pós-graduação.

Nesse sentido, tanto os professores da esfera pública quanto os professores da esfera privada compartilham de uma mesma realidade de assujeitamento com relação aos critérios de produção bibliográfica, estando muito longe de mudar esse contexto por meio de procedimentos que possam romper com a imposição produtivista. Apesar de atuarem em esferas administrativas diferentes, acabam por se comportar igualmente sem propor qualquer estratégia que se traduza numa nova prática e que, ao mesmo tempo, elimine esse quadro de tensão permanente que lhes retira a condição autônoma de produzir de acordo com as suas vocações acadêmico-científicas.

Porém, a avaliação não busca apenas a punição e o enquadramento, mas pode ter um sentido libertador, de aperfeiçoamento, tendo o propósito de qualificar a pesquisa na pós-graduação. Nesse sentido, reforçando o pensamento foucaultiano de que “é preciso a prática para atravessar o muro” (FOUCAULT, 1981, p.70), muro aqui entendido como expressão da ideologia burguesa de produtividade, faz-se necessário pensar em estratégias e práticas políticas de resistência que coloquem em questão os critérios de produtividade vigentes, rompendo com o atual paradigma de produtividade, o que demanda um esforço para criar novos paradigmas estruturantes.

Referências bibliográficas

- BALL, S. J.; BOWE, R. (1992). Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, 24 (2), 97-115.
- BALL, S. J. (1994). *Educational reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press.
- BOWE, R., BALL, S. y GOLD, A. (1992). *Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge.
- BARDIN, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.
- DELEUZE, G. (1992). *Conversações (1972-1990)*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- FOUCAULT, M. (2013). *O sujeito e o poder*. En H. L. DREYFUS; P. RABINOW. Michel Foucault; uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica (273-295). 2.ed., rev., Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____(1988). *Vigiar e punir; história da violência nas prisões*. 6.ed. Petrópolis: Vozes.
- _____(1981). *Microfísica do poder*. 2ed. Rio de Janeiro: Graal (organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado).
- MACHADO, R. (1981). *Por uma genealogia do poder*. En M. FOUCAULT. *Microfísica do poder* (IX-XXV) 2 ed., Rio de Janeiro: Graal.
- MAINARDES, J. (2006). Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, 27 (94), 47-69.
- PAULA, M. F. C. (2012). Políticas de avaliação da educação superior e trabalho docente: a autonomia universitária em questão. *Revista Universidade e Sociedade*, XXI(49), 41 – 51.
- _____(2010). Rumo à construção de uma universidade mais democrática e plural. *Revista Conhecimento & Diversidade*, (4), 11-24.
- PAULA, M. F. C.; SUETH, R. (2015). *Política de controle do trabalho intelectual na pós-graduação*. En M. F. C. PAULA (org.). *Políticas de controle social, educação e produção de subjetividade* (109-142). Florianópolis: Editora Insular.

Fontes eletrônicas

CAPES. *Classificação da produção intelectual*. Publicada em 01/04/2014. Atualização em 01/08/2016. Disponível em <http://www.CAPES.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>. Acesso em 18/02/2018.

_____. *Sistema qualis*. Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/2550-CAPES-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>> Acesso em: 20 de março de 2018.

Fecha de recepción: 12/8/2018

Fecha de aprobación: 22/10/2018